

Os "lobistas" ativos no Congresso

16 FEV 1990

GAZETA MERCANTIL

58

por José Casado
de Brasília

Uma constante na paisagem interior do Congresso Nacional é a presença de "assessores parlamentares" — homens e mulheres especializados em fazer "lobby", a defesa de interesses específicos, de empresas e entidades de classe. Eles espalham-se pelos corredores, salas de reuniões e gabinetes frequentados por deputados e senadores.

Ontem, na reabertura das sessões do Parlamento (ver matéria ao lado e na página 7), esses assessores, que costumam ser contados às dezenas, davam plena vazão à sua perplexidade: pela primeira vez, assistiam a deputados de esquerda recusarem-se a subscrever propostas de emendas constitucionais e de projetos de lei de caráter protecionista na área econômica.

Os pretextos eram os mais variados, mas convergiam para a expectativa de eventual conflito de conteúdo desses projetos com o programa de abertura da economia enunciado pelo presidente eleito Fernando Collor de Mello.

É muito comum, no Congresso, um "lobista" apresentar uma proposta de emenda ou projeto a um de-

putado e pedir-lhe subscrição. É uma de suas principais atividades no Parlamento, e quase uma loteria: de cada trinta, em média, uma emenda ou projeto chega ao final da tramitação e votação. Agora, eles se vêem diante de um tipo de obstáculo "que não existia, por exemplo, três meses atrás", diz um deles.

"Eles, realmente, estão enfrentando grandes dificuldades", constatava José Mário Paranhos, coordenador do Departamento Jurídico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em Brasília. A FIESP mantém uma ampla estrutura no Distrito Federal, operando em cooperação com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), voltada às relações com o governo e o Legislativo federal.

Mas essa não era a única mudança no cenário da Câmara e do Senado que podia ser percebida ontem. Uma outra, mais sutil, transparecia na conversa com qualquer parlamentar, a partir de uma simples pergunta que eles faziam entre si, na maioria dos casos: "Você continua no mesmo partido?"

Trata-se de uma questão relevante

(Continua na página 8)

Os "lobistas" ativos no Congresso

por José Casado
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

nesses dias em que o maior dos partidos no Congresso, o PMDB, passou esta semana perdendo, na média, três parlamentares a cada 24 horas: ontem, por exemplo, o deputado Ulysses

Guimarães, presidente do PMDB, recebeu mais quatro pedidos de desligamento acompanhados pela notícia de que o PDT acabara de ter sua bancada federal ampliada em mais quatro cadeiras. "Quanto maior a nau, maior a tormenta", desabafou Ulysses ao editor João Alexandre Lombardo.

A lista de presença em plenário, produzida pela direção do Congresso horas antes da reabertura, era um "mapa" político dos mais requisitados — ela costuma identificar os parlamentares por estado e por partido. O problema é que sua edição mais recente já não tinha validade às 14h30, exatos trinta minutos antes da sessão, por causa da intensa migração partidária. Prevê-se que será assim, pelo menos, até meados de março.

Três homens, negociadores políticos do presidente eleito (o futuro ministro da Justiça, Bernardo Cabral, o líder do PRN, Renan Ca-

lheiros, e o futuro líder do governo no Senado, Carlos Chiarelli), faziam uma longa peregrinação pelos corredores, entrando e saindo de gabinetes dos líderes de diferentes partidos.

Iam pedir apoio às medidas econômicas que Collor pretende decretar a partir de 15 de março. Nem sempre recebiam boas notícias, como esperavam: "Vai ser muito difícil fazer aprovar uma lei delegada", avisava Ricardo Fiuzza, líder do PFL, "mas não será muito difícil levar adiante outros projetos, especialmente para abertura da economia", completava. "O que vai prevalecer é o interesse nacional", sofismava Ronan Tito, líder do PMDB.

Na oposição, acompanhava-se com atenção os diferentes movimentos do governo que entra e do governo que sai dentro do Legislativo. O deputado Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, insistia em que nem sempre Collor encontrará

obstáculos para compor uma eventual maioria.

"O Congresso Nacional", argumentou ao editor Marcos Magalhães, "muitas vezes funciona como uma banca de jogo: o cidadão liga para saber quanto vale o voto do dia. Foi assim na votação dos cinco anos do Sarney. Se usado o método, de novo, ele (Collor) vai poder obter uma maioria circunstancial, mas sobre uma base falsa".

Como todos, Lula assistiu ao longo discurso com que o presidente José Sarney apresentou sua mensagem anual ao Legislativo. Ao seu lado, diante de um plenário que recomeça seu trabalho mais preocupado com a disputa pela reeleição em outubro — ou seja, sua própria sobrevivência política —, o deputado Paulo Delgado (PT-MG) sintetizou o clima: "Estamos vendo o encontro de duas solidões, a de um presidente que sai com a de um Congresso em fim de mandato".

16 FEV 1990